

➤ Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

LINK RECURSO (COM IMAGENS): <https://drive.google.com/file/d/19agNFnN2vUKKuF5Gj6X-FaUNP8i9phcc/view?usp=sharing>

À Comissão de Licitação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais,

REF.: Recurso Administrativo - Pregão Eletrônico 10/2023 - Item 03

Por intermédio do presente recurso administrativo, MBM TECNOLOGIA E INDÚSTRIA DE INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.977.867.0001-43, localizada na Avenida de Maio nº 3275, sala A, Parque Residencial Lauriano Tebar II, na cidade e comarca de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, CEP: 15076-480, representada neste ato pelo sócio/administrador Matheus Cestari Magalhães, brasileiro, empresário, portador do RG nº 528090379 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 441.966.238-75, vem respeitosamente perante esta Comissão manifestar nossa discordância e inconformidade com a decisão referente ao Pregão Eletrônico 10/2023, Item 03, na qual a empresa Daten Tecnologia LTDA foi declarada como a arrematante do equipamento.

1. Introdução

A empresa MBM TECNOLOGIA E INDÚSTRIA DE INFORMÁTICA LTDA, participou deste processo licitatório pautando-se pela busca de transparência, conformidade com as normas e regulamentos estabelecidos pelo edital, e igualdade de condições entre todos os concorrentes. Contudo, entendemos que questões cruciais não foram devidamente esclarecidas, o que levou à necessidade deste recurso.

2. Questionamento Inicial

Nosso questionamento inicial envolveu o processador do notebook ofertado pela Daten Tecnologia LTDA pois o edital estabeleceu critérios rigorosos, enfatizando que somente seriam aceitos processadores de última geração, em linha de produção dos fabricantes de processadores, admitindo-se a geração anterior lançada em até 18 meses anteriores à data de publicação do edital.

3. Inconsistências Identificadas

Inicialmente, a Daten Tecnologia LTDA indicou que o processador pertencia à família 5000, sem fornecer detalhes específicos sobre o modelo, a qual excede o limite de 18 meses estipulado no edital.

Posteriormente, na proposta final, foi ofertado um processador "AMD Ryzen™ 3 7330U". Conforme o catálogo fornecido pela própria Daten Tecnologia LTDA, esse processador pertence à família 7000.

No entanto podemos verificar no seu proprio site que o modelo DCM4A-4 possui apenas a serie 5000

[http://daten1.tempsite.ws/novo_site/fotos/projetos/31/arquivos_arquivos/Ficha%20T%C3%A9cnica%20Notebook%20DCM4A-4%20\(E\).pdf](http://daten1.tempsite.ws/novo_site/fotos/projetos/31/arquivos_arquivos/Ficha%20T%C3%A9cnica%20Notebook%20DCM4A-4%20(E).pdf)

Nossa preocupação não se restringe apenas à conformidade com os critérios do edital pois também nos preocupa a possível incompatibilidade entre o processador indicado no catálogo do fabricante e a placa do notebook, o que pode comprometer o desempenho do equipamento.

Observando o edital, notamos que ele requeria diversos certificados e documentação que referenciavam o modelo DCM4A-4, cujo processador pertence à série 5000.

Portanto, considerando que a série 7000 representa uma clara atualização técnica, fica evidente que os certificados apresentados para o DCM4A-4 não podem ser considerados válidos para respaldar a conformidade de um produto com um processador da série 7000, o que suscita dúvidas significativas sobre a adequação dos documentos apresentados pela Daten Tecnologia LTDA.

Observamos, no próprio catálogo anexado ao processo "ANEXO_03.zip" enviado no dia 12/09/2023 10:56, intitulado "Ficha Técnica Notebook DCM4A-4.pdf", que o processador indicado é da série 5000.

Entretanto, foi disponibilizado um catálogo específico do processador "AMD Ryzen 3 7330U _ AMD.pdf," pertencente à série 7000 e esta disparidade entre os catálogos apresentados e o processador ofertado sugere uma alteração significativa na proposta inicial, levantando questionamentos substanciais sobre a integridade do processo licitatório.

4. Solicitação de Esclarecimentos e Ausência de Resposta

Em nosso questionamento inicial, fizemos uma consulta direta à Comissão de Licitação, solicitando confirmação se houve, de fato, uma alteração do processador para atender ao edital e informações adicionais que pudessem esclarecer essa questão.

No entanto, não recebemos uma resposta ou qualquer esclarecimento adicional que pudesse dirimir nossas dúvidas.

5. Do Direito

Os Constituintes, por ocasião da elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, preocupados com a transparência e legalidade nas licitações públicas, inseriram no texto ordenamento claro e objetivo. Vejamos:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Conforme prevê o artigo 3º da Lei 8.666/93, vários são os Princípios que regem a Licitação:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

É nítido que o Pregoeiro errou ao considerar a empresa Daten Tecnologia LTDA como vencedora diante dos motivos já expostos e a Comissão de Licitação designada para operar o certame detinha o poder de sanar a ilegalidade, mas não o fez.

Entre os vários princípios, damos destaque ao da Vinculação ao Instrumento Convocatório, a fim de que haja segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela próprias lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação.

No presente caso, houve violação direta à referido Princípio, vez que o Pregoeiro habilitou como vencedor do Certame a Licitante Daten Tecnologia LTDA, ainda que esta não tenha demonstrado a possível compatibilidade entre o processador indicado no catálogo do fabricante e a placa do notebook, o que pode comprometer o desempenho do equipamento.

O artigo 41 também da Lei 8.666/93 diz:

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada."

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já se manifestou diversas vezes a respeito do tema, veja no RESP 1178657 a decisão dos ministros:

"ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma eskorreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação- protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes."

De forma análoga, importante consignar novamente, que em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório com fulcro nos arts. 3º e 41º da lei nº 8.666/93, a regra é que os licitantes apresentem documentação capaz de refletir, desde logo, o atendimento das condições estabelecidas pela Administração no edital, vejamos:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

[...]

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

[...]

À luz desse dispositivo, caberá à Administração solicitar maiores informações a respeito quando estas por si só, não forem suficientes para comprovar o atendimento das condições fixadas no edital.

Frisa-se ainda que deve ser levado em consideração extensiva com relação a documentação oficial comprobatória onde a mesma deve demonstrar que a alteração do equipamento oferecido pela empresa vencedora é mais eficiente que o solicitado em edital.

6. Pedido

Nesse contexto, em virtude da falta de esclarecimentos adequados e da preocupação legítima quanto à conformidade com os termos do edital, solicitamos, respeitosamente, que a Comissão de Licitação reveja sua decisão de declarar a Daten Tecnologia LTDA como a arrematante do equipamento no Pregão Eletrônico 10/2023 - Item 03.

Observamos, claramente uma modificação significativa na proposta inicial apresentada pela Daten Tecnologia LTDA para atender às diretrizes do pregão, ao substituir o processador originalmente proposto por um pertencente a uma série superior, desrespeitando, assim, as regras fundamentais da licitação. Tal alteração coloca em questão a equidade e a transparência do processo licitatório, "levantando preocupações substanciais sobre a conformidade da oferta da Daten Tecnologia LTDA com os termos originais do edital."

7. Conclusão

Em nosso compromisso com a integridade do processo licitatório, pedimos encarecidamente que esta Comissão reconsidere nossa solicitação e conduza uma revisão minuciosa das questões levantadas neste recurso.

Estamos dispostos a fornecer quaisquer documentos adicionais ou informações que possam esclarecer as dúvidas em relação ao processo de aquisição.

Agradecemos antecipadamente pela atenção e pela imparcialidade com que esta Comissão conduzirá a análise deste recurso.

Respeitosamente,

Termos em que, pede deferimento.

São José do Rio Preto, 20 de outubro de 2023.

LINK RECURSO (COM IMAGENS): <https://drive.google.com/file/d/19agNFnN2vUKuF5Gj6X-FaUNP8i9phcc/view?usp=sharing>

Fechar